



Handwritten signatures and initials, including 'Rui Manuel Taxa da Silva' and 'Ricardo Miguel Rodrigues Gomes'.

ACTA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2011 DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

---Ao segundo dia do mês de Maio de dois mil e onze, no Auditório do Centro de Apoio às Empresas, em Campos, Vila Nova de Cerveira, pelas dezassete horas e vinte e sete minutos, reuniu a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Minho-Lima, adiante designada de CIM Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respectiva Convocatória. -----

--- Presidiu à reunião Rui Manuel Taxa da Silva Araújo, na qualidade de Presidente da Assembleia.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Município de Vila Nova de Cerveira.-----

--- Tomando palavra o Senhor Presidente do Município cumprimentou todos os presentes e agradeceu a rotatividade das reuniões da Assembleia Intermunicipal, pois considera importante todos conhecerem melhor o Distrito. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia verificou que estavam presentes 44 Membros, do universo de 48 Membros que constituem esta Assembleia, faltando 2 Membros de acordo com a seguinte descrição: o Membro Ricardo Miguel Rodrigues Gomes, justificou, telefonicamente a sua impossibilidade de estar presente na reunião; o Membro José Augusto de Brito Pacheco comunicou, por e-mail, a sua impossibilidade de estar presente.-----

Verificaram-se as seguintes substituições: o Membro Rui Henrique Alves fez-se substituir por Salvador Pinto Mor; o Membro José Carlos Eça Dias fez-se substituir por José Adriano Monteiro Alves; o Membro António Roleira Marinho fez-se substituir por José Augusto Cantinho Venade; o Membro Maria João Vassalo Abreu, que se encontra em licença de maternidade, fez-se substituir por António José da Sousa Rocha, que por sua vez se fez substituir por Ana Maria Sousa Silva; e o Membro Artur José Rodrigues fez-se substituir por Dário Humberto Lourenço Barata, conforme lista de presenças anexa. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu início à leitura de um esclarecimento, sobre a renúncia de mandato do Membro Olegário Gomes Gonçalves, sendo a partir desta data, o Membro Gil Heleno Carvalheiro membro efectivo, conforme documento anexo a esta acta. (Doc. 1/2011) -----

--- Informou ainda, que o Conselho Executivo pretende criar uma empresa para gerir as águas na Comunidade, mas que este tipo de Empresa implicaria passar pelas diferentes Assembleias Municipais dos vários Concelhos, e uma vez, que nos finais de Abril se realizaram reuniões das



*M. M. 17.12.10
F. C. Soares*

Assembleias Municipais, que são feitas nos últimos dias, resolveram marcar esta reunião para 02 de Maio, para que esta pudesse ser assunto apresentado na Assembleia Intermunicipal. Referiu a evolução no diálogo e na relativa à Empresa que o Conselho Executivo pretende criar não foi necessário esta empresa ir a apresentação, discussão e votação das Assembleias Municipais, sendo apresentada apenas na Assembleia Intermunicipal, por conseguinte e uma vez que esta Reunião estava datada e objectivada apenas para fazer esta reunião, foi impossível fazê-la mais cedo.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia informou ainda da realização de uma Assembleia Extraordinária, no dia 20 de Maio, às 17 horas em Paredes de Coura, para discussão do assunto da Empresa das Águas.-----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 – Apreciação e votação da Acta da 3.ª Reunião Ordinária de 2010, da Assembleia Intermunicipal; -----

1.2 – Apreciação de Assuntos de Interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia; -----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 – Apreciação da actividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo, (ponto 3, art.º 29.º do Regimento); -----

2.2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2010; -----

2.3 – Proposta de adesão da CIM ao IDCEM (Instituto para o Desenvolvimento do Conhecimento e Economia do Mar); -----

2.4 – Proposta de adesão da CIM à Comunidade Portuária de Viana do Castelo; -----

2.5 – Apresentação, discussão e votação do Novo Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho. -----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

O Senhor Presidente perguntou se os Membros tinham alguma Moção, declaração que quisessem apresentar à Mesa e agradeceu ao senhor presidente do Município de Vila Nova de Cerveira, a forma como foram recebidos no seu Município. -----

1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 – Apreciação e votação da Acta da 3.ª Reunião Ordinária de 2010 da Assembleia Intermunicipal.

--- O Senhor Presidente deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. -----

Todavia não havendo inscritos, passou de imediato à sua votação que foi aprovada, com 38 votos a favor, 0 votos contra e 6 abstenções. -----

1.2 – Apreciação de Assuntos de Interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.



M. C. Freitas
4/5/2012

--- Após terem rectificado alguns pontos, o senhor Presidente abriu as inscrições para discussão deste voto de recomendação. Todavia não havendo inscritos, passou de imediato à sua votação. Aprovada com 43 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.-----

--- O Senhor Presidente abriu as inscrições para discussão deste ponto.-----

--- Inscreveram-se os Membros Paulo Pimenta, José Carlos Resende, Martinho Cerqueira, José Alfredo Oliveira, Rosa Arezes e Fernando Cabodeira.-----

Paulo Pimenta – Após cumprimentar todo o Plenário, começou por referir que os Municípios que integram a CIM sempre defenderam a necessidade de existir consenso entre todos, como consta no artigo 34.º n.º 2 dos seus estatutos. Acrescentou que, ao longo destes anos se tem assistido ao reforço dos laços de confiança mútua entre os Municípios, referiu ainda que, é nesse estado de espírito entre os Municípios e todos os grupos parlamentares representados na Assembleia, que deram o contributo para que Comunidade Intermunicipal pudesse cumprir a sua função com os resultados que todos sabem.-----

Citou que, o consenso não é, nem nunca poderá ser tido como uma diminuição da democracia e da liberdade de expressão, mas sim como reconhecimento de que o diálogo é sempre o caminho mais adequado para a realização de objectivos que a todos interessa.-----

Referiu também que, a instauração de processos judiciais contra o Conselho Executivo da CIM, por deliberações tomadas nas Assembleias, não é de certeza a reacção esperada de quem assume função de Membro da Assembleia da CIM. Acrescentou ainda que, não é aceitável na época em que vivemos, em crise económica, e também social, em que a seriedade e a responsabilidade é um dever acrescido para todos os que detêm um poder de representatividade, Membros da Assembleia que procuram um protagonismo individual em detrimento dos interesses da Comunidade Intermunicipal, pondo em causa o Conselho Executivo que sempre demonstrou a sua competência e a sua seriedade no tratamento de todos os assuntos que lhe foram submetidos e tendo já demonstrado capacidade. Referiu que, é ainda mais incompreensível a actuação de quando se quer criticar o foro judicial a actuação do Conselho Executivo pela falta de uso de algo que não existe, e os Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal, mas que não devem qualquer obediência a deliberação da Comunidade.-----

Manifestou o repúdio do Grupo do PS por este tipo de comportamento, continuando a defender o entendimento e o consenso que sempre existiu entre os intervenientes na Comunidade Intermunicipal em todos os assuntos estratégicos para a região, renegando outros palcos para protagonismos pessoais.-----

José Carlos Freitas – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que a sua intervenção se prende com um tema algo polémico no Concelho de Viana do Castelo - o Centro Cultural de Viana do Castelo - referiu que, se congratulam pela ajuda inestimável e pela mão estendida que a CIM dirigiu ao Município de Viana do Castelo. Refere as inúmeras vezes, que alertaram para o



perigo de se avançar com uma obra de tamanha envergadura, sem terem garantido financiamento, pelo menos até ao final do projecto. Uma vez que a CIM lançou mão ao Município de Viana do Castelo, questiona, uma vez concluída a obra e uma vez obtido financiamento, a quem caberá a gestão do espaço, dado que até ao momento este financiamento foi obtido pela Câmara Municipal, mas ao que tudo indica a partir deste momento, o financiamento que surgir, será de acordo com a quilo que a CIM e Minho-In conseguirá. A sua questão é, a quem é que caberá, a gestão do espaço e a dinamização do mesmo.-----

Martinho Cerqueira – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que várias foram as moções e intervenções feitas nas várias Assembleias contra a introdução de portagem nas SCUTS, que várias foram as críticas na campanha eleitoral de há um ano e meio atrás tendo PS e PSD manifestado-se contra as portagens que eles mesmos vieram impor às populações do Alto Minho, e que passados apenas alguns meses das últimas eleições se começou a ouvir brilhantes intervenções, como as do cabeça de lista do PSD do Distrito de Viana do Castelo, que referiu textualmente que o modelo das SCUTS foi imposto por um Governo Socialista e fracassou, citando também que é um mau exemplo da governação e que por essa razão o PS deve explicações. -----

Prosseguiu, referindo que, citações como estas só servem para mostrar a demagogia que a partir de agora se vai começar ouvir todos os dias, com o PS a responsabilizar o PSD pela introdução das portagens nas SCUTS e por outro lado o PSD a questionar a forma e não o conteúdo e a responsabilizar o PS. -----

Referiu que, que a posição da CDU que neste jogo do empurra, começa a ser difícil esconder, que quer o PS quer o PSD são efectivamente os principais responsáveis pelo pagamento da utilização destas vias.-----

Para terminar, referiu que consideram que o erro não está na forma como estas portagens foram introduzidas, ou de como se irá introduzir nas restantes, mas sim no seu conteúdo, reafirmando que estas vias não devem ser portajadas, enquanto os pressupostos que a legislação prévia não forem constituídos como sua alternativa. Apresentou um documento com estas declarações. (Doc.5/2011) -----

José Alfredo Oliveira – Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que Portugal está submetido a uma tenaz orçamental financeira, o orçamento apertado do lado da procura e apertado do lado da oferta, um quadro que afectará de forma negativa o crescimento económico e a qualidade de vida das famílias, caso o poder político, económico e financeiro não correspondam com firmeza e sem ambiguidades à obrigação que têm de libertar o futuro do país desta situação. -----

Acrescentou que, na última reunião da Assembleia alertou para o alarmante e crescente número de jovens desempregados no Distrito de Viana do Castelo, que afectava já quatro mil e cinquenta e um jovens, referiu também que, no passado mês de Abril de acordo com IEFP, o total de jovens desempregados no Distrito e no Norte do País chegou à assustadora taxa dos



Handwritten signature and initials:
17
JCSA

geração com formação ampla e diversificada e que não consegue entrar no mercado de trabalho. Citou ainda que, são as empresas que podem dinamizar as exportações e contribuir para a contenção do endividamento externo, pelo que não se pode assistir de braços cruzados à saída de empresas do país e do distrito, pelo contrário tem que se pensar seriamente o que se pode fazer para atrair mais empresas para a região e atrair os jovens para a iniciativa empresarial. O empreendedorismo jovem é hoje uma realidade no desenvolvimento do país e que deve ser apoiada para que surjam mais casos de sucesso no Alto Minho, nesse sentido referiu que, cabe também ao poder local e às comunidades locais inovadoras um papel de grande relevo, pois, os Municípios são cada vez mais agentes de desenvolvimento económico, em que a valorização da iniciativa empresarial na criação de emprego e genericamente nas respostas de dificuldades económicas e sociais das respectivas regiões é um caminho de futuro e também aquilo que poderá ter um impacto mais rápido na economia local e regional, pois as iniciativas locais de emprego e os investimentos de proximidade são aqueles que podem produzir resultados de forma mais imediata e que melhor podem ser avaliados, reformulados ou reproduzidos. -----

Referiu que, no Distrito de Viana do Castelo existem inúmeros jovens com vontade de apostar no futuro da sua terra, pelo que esta deverá proporcionar-lhes todas as condições necessárias para que esta aposta seja vencedora, não apenas no desenvolvimento económico e social no Distrito, mas sobretudo na confiança do Distrito, nele investir e nele acreditar, mencionou que, existem na região jovens talentosos, que ombreiam com os melhores, a inovação empresarial, em qualidade académica e científica, em actividade artística e cultural, referiu que há uma nova geração que ganha sucessivos prémios nas mais diversas áreas, que assume papéis de liderança nos mais variados projectos, que participa com grande entusiasmo e admirável generosidade em acções de voluntariado social ou em campanhas de defesa de um futuro maior. Reforçou ainda, a excelente participação de um grupo de jovens do Alto Minho numa iniciativa nacional pioneira na discussão de novas estratégias nacionais ao empreendedorismo jovem e de criação de emprego em Portugal. -----

Acrescentou que, neste ciclo de diálogo estruturado o empreendedorismo jovem levado a cabo pelo Concelho Nacional da Juventude e pelo Instituto Português da Juventude, o Alto Minho destacou-se pela qualidade das intervenções dos jovens participantes, pelas propostas apresentadas e que hoje estão elencadas na definição da nova estratégia nacional de empreendedorismo jovem, mas sobretudo pelo exemplo de intervenção que existe no Distrito empreendido em grande parte pelo poder local. -----

Prosseguiu, referindo que, neste sentido, apostar na afirmação dos jovens é apostar num futuro maior para o Alto Minho e para Portugal, garantindo que estes assumam o seu legítimo papel, como tal esperança mudada no país, referiu que a juventude minhota quer apostar na sua região e no seu futuro, pelo que projectos de incentivo ao empreendedorismo jovem e à dinamização



Handwritten signature and initials:
M. H. 4?
1. 1. 1.
90/100

económica como “Finiciajovem”, “Inovjovem”, as incubadoras de empresas junto das Instituições de Ensino Profissional e Superior do Alto Minho devem ser reforçados e incentivados. Referiu que, é de destacar os desafios lançados pela CIM, como o projecto Start Me Up, cujo objectivo visa fomentar a capacidade empreendedora na região, estimular o desenvolvimento dos novos projectos empresariais que incorporem inovação e diversificação do tecido empresarial existente no Alto Minho, a bolsa de mérito nas áreas de educação e infra-estruturas, que foi anunciada e que surgem resultado da situação financeira levada a cabo pela CIM, e que é a única do país a ser abrangida por este investimento adicional ao abrigo do Quadro Referência Estratégia Nacional, por outro lado o recente desafio pelo Projecto Empreende integrado no Projecto de Cooperação Transfronteiriça Galiza/Norte de Portugal, cujos objectivos passam por potenciar as características, as semelhanças e a proximidade da região Norte/Galiza, rentabilizando isso em benefício dos jovens dos dois lados da fronteira, desenvolvendo um plano estratégico para a criação de novas actividades económicas na região de Viana do Castelo. -----

Mencionou que, urge incentivar uma nova estratégia de aproveitamento do património natural, empreendendo projectos que venham reforçar a confiança dos jovens auto-minhotos nas tradições da sua terra, numa nova política de aproveitamento dos recursos humanos e das energias renováveis, não menosprezando os sectores tradicionais, as vantagens competitivas e aprofundadas por estes sectores, bem como a experiência que já tem no mercado internacional, que não podem ser desaproveitadas nem vítimas de preconceitos, a inovação e a incorporação de conteúdo tecnológico nos bens produzidos que são essenciais, Acrescentou que, nesse sentido a juventude hoje move-se à escala planetária, cidadãos do mundo familiarizados com as novas tecnologias e a sociedade em rede, dispõe de um capital de conhecimento e de uma vontade de inovação que são admiráveis, muitos dos académicos, investidores, profissionais de sucesso e jovens empresários que trabalham no estrangeiro aspiram em regressar ao seu país, à sua região, pelo que se deverá proporcionar todas as condições para que estes possam fazer florescer as suas capacidades, no sentido de dar o seu contributo ao futuro da sua terra. Referiu ainda que, tem que se aproveitar o enorme potencial da região e da nova geração, pois é nela que deve ser depositada a esperança de um Alto Minho com futuro, um futuro onde os jovens tenham uma voz activa na sua construção e nas suas decisões que os abranjam, um futuro onde o mérito, a competência, o trabalho, a ética serviço público sejam verdadeiramente valorizados, um futuro com maiores expectativas, com mais oportunidades, um futuro onde os jovens do Alto Minho voltem a ter a possibilidade de sonhar e acreditar que é possível fazer um Alto Minho maior, pois é nele todos acreditam, cabendo a todos repensar atitudes, estratégias que perspectivem um Alto Minho muito maior.-----

Rosa Maria Arezes – Após cumprimentar todo o Plenário, referiu que se celebraram há dias, mais um aniversário do 25 de Abril, e que nessa jornada de viragem Portugal acordou para o desafio sempre tópico, e por isso mobilizador, porque sempre inacabado, na construção de uma



externa bruta que segundo os especialistas é superior às exportações de Portugal. -----

Para terminar, referiu que é esta a realidade baseada em dados objectivos incontornáveis que resultam de erros sucessivos e de opções políticas desajustadas. Referiu ainda, que não se pode dizer que são todos responsáveis pela situação catastrófica e de rotura a que o país chegou, pois não faltou quem no momento certo chamasse a atenção para o desvario e para as consequências desastrosas que o país estava a seguir. Mencionou que foram sempre tratados com desprezo, ridicularizados, apelidados de pessimistas, referiu que a máquina da propaganda tratou sempre de os calar ao mesmo tempo que ignorava os factos, maquilhava a realidade e exaltava através de manchetes gordas e dos múltiplos mercenários subservientes um discurso político cor-de-rosa de contradições, de meia verdade, de inverdade e até de mentira, acrescentando que aquilo que o país precisava era de optimismo e de confiança, acrescentou que, agora estamos no limiar do abismo, numa situação deveras calamitosa, de colapso iminente, questionando se alguém tem dúvidas quanto ao responsável de tanta incompetência, arrogância, por falta de humildade democrática, ambição pessoal, apego autocrático poder e calculismo político. Referiu que, mais importante que nunca, é reflectir até que ponto é que a democracia está com anemia, ou poderá estar em curso o retrocesso civilizacional, referiu que a democracia é apenas uma ideia, um ideal, por isso há que dar-se ao trabalho de a pensar, porque a democracia tem exigências, a exigência de uma ética assenta em valores essenciais, como o serviço generoso à causa pública, a liberdade responsável, a defesa da justiça, o respeito pela dignidade das pessoas, a tolerância, a abertura, o privilegiar o debate em detrimento do combate, o sentido de compromisso, o fazer com que a razão prevaleça sobre a teimosia, à paixão e à emoção, o banir o recurso à conflitualidade, à crispação é à mentira. -----

Para terminar, referiu que, nas palavras de Miguel Torga a vida não presta sem milagres, mas para os haver é necessário que alguém acredite neles, referiu ainda, que acredita que o milagre da aurora de Abril ainda é possível, é necessário, por isso, arrepiar caminho e mudar. -----

Fernando Cabodeira – Citou que, apenas queria fazer uma chamada de atenção, pois as duas últimas intervenções, na sua opinião, não fazem sentido na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, pois parecem já estar a preparar o futuro, e que a intervenção da Membro Rosa Arezes é uma intervenção apocalíptica. Referiu que, se deveriam tratar assuntos de interesse de dez Municípios, pois o que interessa é a verdade concreta, objectiva da região do Alto Minho e tudo aquilo que tem sido feito pela Comunidade.-----

Para terminar, referiu que o grupo do PS defende que deverá haver uma coordenação de esforços e não estar a fazer discursos demagógicos, sobretudo quando tem a ver com eleições de âmbito nacional, pois há outros fóruns para discutir esses assuntos. -----

--- O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Membro Carlos Resende, mas este prescindiu da mesma.-----

Paulo Morais – Após cumprimentar todos os presentes, referiu que é com alguma perplexidade



Handwritten signature and initials

que vê o PS vir à Assembleia tentar condicionar e quase querer decidir quais são os assuntos sobre os quais podem ou não intervir. Afirmou que podem vir à Assembleia tentar criticar, condicionar, coagir e até insultar, mas os assuntos sobre os quais o PSD vai falar na Assembleia dizem única e exclusivamente respeito à vontade dos membros do Grupo do PSD.-----

Para terminar, referiu que, relativamente à intervenção que, indirectamente foi interpelado, sobre a queixa feita pelo próprio no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, relativamente ao incumprimento de uma deliberação da Assembleia, começou por referir que, no dia 25 de Outubro, numa Assembleia da Comunidade Intermunicipal foi aprovada uma Moção que visava exprimir um sentimento de luto, motivado pela forma como a Região Norte foi discriminado pelo poder em Lisboa, relativamente ao facto de as portagens estarem a ser portajadas na região norte e não no resto do país, citou que, em face disso foi uma deliberação tomada por maioria pela Assembleia e que o senhor Presidente do C. E. decidiu não cumprir e face à intenção reiterada de não cumprimento de uma deliberação democrática da Assembleia, apresentou uma queixa no sentido de que o Tribunal se pronuncie sobre essas matéria. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que o Membro José Carlos Freitas, pretendia questionar o Presidente do Conselho Executivo com a questão da gestão do Pavilhão Multiusos de Viana do Castelo. -----

--- Tomando a palavra o Senhor Presidente do C. E., referiu que em relação à penúltima intervenção, mencionou que a resposta política a esta matéria foi dada na última reunião. -----

--- Quanto ao Centro Cultural de Viana do Castelo, o Senhor Presidente esclareceu que a CIM tem a sua forma de trabalhar no C. E., e que não querendo apoiar ninguém, o C. E. tem decidido sempre em consenso, citou que, não é muito razoável pensar-se que a CIM deu a "mão" a um processo em Viana do Castelo, pois o que a CIM discutiu, é tal como outros projectos que existem outros Municípios, o processo de Viana do Castelo, que por mero acaso é mediático e tem outro tipo de antecedentes. Referiu também, que como a CIM tem tido um desempenho em termos de execução do QREN, que lhe vai permitir ir a uma bolsa de mérito facilitou a resolução de alguns problemas entre os quais Viana do Castelo, acrescentou que a candidatura do Centro Cultural de Viana do Castelo está consensualizada na CIM conjuntamente com outras para ser apresentada na bolsa de mérito, mas a responsabilidade da sua execução e da sua gestão é do Município de Viana do Castelo, bem como as candidaturas dos outros Municípios. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando de imediato ao período da Ordem do Dia.-----

2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

2.1 – Apreciação da actividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Executivo, (ponto 3, art.º 29.º do Regimento).

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo que começou por referir a elevada evolução da execução, de acordo com o relatório



Handwritten signature and initials

que irá ser apresentado, referiu que em 31 de Dezembro a execução era de 59% e que têm já validados pelo observatório QREN, em 28 de Fevereiro, 80,2% de execução, acrescentou que havia muitas facturas e recibos que tinham ultrapassado a CIM e estavam a ser validadas a nível de Autoridade de Gestão Regional, ou até no Instituto de Gestão Financeira para ser processado o pagamento, mas que não é considerada execução financeira sem ter sido efectuado o pagamento. Referiu ainda, que estes dois meses permitiram dar um salto de quase cerca de 60 a 80% e transformaram a Comunidade do Alto Minho única, que neste momento, em todo o país poderá ir à bolsa de mérito.-----

--- Acrescentou ainda que, a bolsa de mérito foi criada num acordo entre a ANMP e o Governo na sequência do acordo do ano passado, pois à um ano atrás, tinha sido possível criar um conjunto de apoio à execução do QREN por parte dos Municípios, mas que tinha algumas exigências por parte da Administração Central, pois quem mais executasse seria premiado, quem menos executasse poderia ser penalizado.-----

--- Referiu que, no país existem mais três ou quatro CIM'S que poderão aceder à bolsa de mérito, mas que neste momento apenas está a CIM Minho-Lima. -----

--- Mencionou que, isto para o plano deste ano tem ainda um valor reforçado, porque primeiro há um reforço indiscutível de verbas para a região, pois vão ultrapassar e muito o que estava previsto na contratualização, uma vez que estava previsto até 2013, ao que a CIM vai ultrapassar já este ano, em óptimas condições, porque inclusive no actual ano para além de 80% de comparticipação, houve mais um prémio de 5% por tudo o que seja facturação de 2011, resumindo, despesas que sejam feitas em 2011 no âmbito do QREN Regional serão financiadas a 85%. -----

--- Prosseguiu, referindo alguns problemas a resolver relativos a regulamentos que eram necessários ajustar depois do acordo feito entre a ANMP e o Governo, que de alguma forma fizeram resvalar cerca de dois ^{três} meses a abertura de primeiro aviso. Explicou que o Eixo III é que permite maiores investimentos, como os Centros Escolares assim como o Ciclo Urbano da Água e outros investimentos de Educação Social, foi necessário que fosse dada uma autorização à unidade de gestão para permitir um financiamento até 15% no Eixo III. Acrescentou que, o Eixo III cria cerca de setecentos mil milhões de euros, o que considera que se poderá ir até cerca de cem milhões só neste Eixo para permitir abrir candidatura. -----

--- Prosseguiu, referindo que, há um outro problema que internamente poderá ser discutido, que é o facto de serem os únicos a poderem ir à bolsa de mérito e que está a criar uma grande reacção entre as outras CIM'S, pois vêm de alguma forma ameaçada a sua parte. Acrescentou que, possivelmente ainda no mês de Maio apresentarão um conjunto de candidaturas significativas já à base da bolsa de mérito, sendo o mérito de todos. -----

--- Referiu que, um processo que está a andar a ritmo razoável, porque esteve bloqueado durante alguns meses, foi o Minho-In, onde foram recentemente aprovados setenta e nove



*del 42
1 2 3
queja.*

projectos complementares, feita a reprogramação também para permitir abrir novas candidaturas, informando que o aviso público está a decorrer para novas candidaturas no âmbito do Minho-In. -----

--- Sobre o PROMAR informou que está também a avançar, referindo que, foi necessário fazer transferências, incluindo a passagem da gestão para a CIM, e criar toda uma equipa técnica que a pusesse a funcionar. -----

--- Citou que, o Projecto Centro do Mar também foi reformulado o que irá permitir brevemente lançar avisos de concurso, dando a conhecer que foram também aprovados quatro projectos no âmbito do POCTEP, e uma candidatura de gestão partilhada de equipamentos públicos, que é um trabalho conjunto entre a CCDRN, a Junta da Galiza e a CIM, que tem como objectivo procurar uma gestão conjunta de equipamentos, em que primeiramente será dada prioridade aos equipamentos desportivos, sendo os mais fáceis para começar, principalmente, piscinas.-----

--- Citou ainda que, no Vale do Minho todos os Concelhos têm do lado Português piscinas cobertas e que no lado espanhol não têm nenhuma e que se podem realizar protocolos com a Galiza com formas de financiamento do lago galego, com a condição de eles terem também direito de utilização, estando ainda em estudo e análise todos os dados, sendo que há disponibilidade dos dois lados para se trabalhar é uma experiência que a U.E. está a fomentar e a ajudar, em que a Região Minhota procura ser pioneira.-----

- Informou sobre a apresentação de uma candidatura denominada a "Linha Mente e Mobilização Estratégica para Competitividade do Alto Minho", de 317 mil euros, que tem como objectivo a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Alto Minho, parte integrante do programa da CIM tendo sido aprovada em Assembleia.-----

--- Para terminar, deu conhecimento que em Janeiro passado esteve na CIM o Director Geral da Política Regional da União Europeia, presente na apresentação do Minho-In, que mobilizou o mundo empresarial nas zonas rurais e que há indicadores fortes no sentido de haver investimentos de grande interesse para o Minho, que envolvem uma certa parceria em termos de trabalho públicos ou privados, mais de investimento, não no sentido negativo mas no sentido de trabalhar em conjunto, unir estratégias comuns. Referiu boas perspectivas no processo Minho-In.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao membro Vasco Eiriz para fazer um pedido de esclarecimento.-----

Vasco Eiriz – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que, gostaria de aproveitar este ponto da ordem de trabalho para pedir informação detalhada sobre o estado de quatro projectos que foram propostos em sede do plano de actividades para 2011, nomeadamente o projecto da Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água, para além deste projecto existem mais três que considera relevantes. Estas configuram operações empresariais que estão ainda muito ambíguas como a Estrutura de Gestão Florestal, ao Instrumento Financeiro para o Apoio ao



ml 47
1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10 - 11 - 12
Arca

Desenvolvimento Urbano e a uma nova empresa resultante da fusão da VALICOM com a MINHOCOM. Referiu que estas são delicadas em termos de política pública, mas relevantes, pelo que gostaria de obter mais informação sobre os projectos. Solicita informação sobre o estado do desenvolvimento do plano estratégico do Alto Minho.-----

--- Tomando a palavra, o Senhor Presidente do Conselho Executivo referiu que, sobre o estado da Empresa das Águas têm vindo a fazer um trabalho de debate interno com assessorias técnicas, principalmente com o Professor Poças Martins, que tem recolhido elementos de todos os Municípios, e tem feito um trabalho conjunto com os técnicos dos Municípios e um debate permanente com os Presidentes de Câmara nas reuniões da CIM. Informou estarem numa fase de fazer o estudo económico, elemento indispensável para a criação da empresa e que, existe um conjunto de questões a debater sobre esta matéria e por essa razão, seria necessário propor esse debate alargado a toda a Assembleia Intermunicipal, onde tudo seja discutido e que todas as dúvidas sejam satisfeitas. Acrescentou ainda, que não trazem nenhuma proposta em concreto, mas que será feito um ponto de situação, com a presença do Professor Poças Martins na reunião extraordinário da Assembleia Intermunicipal a realizar proximamente.-----

--- Relativamente à questão das florestas, foi elaborada uma proposta ao Secretário de Estado das Florestas, no sentido, de alguma forma, a CIM se poder fazer substituir à Direcção Geral de Florestas na gestão do espaço florestal, executando políticas na região do Alto Minho. Primeiramente foi bem aceite, foi criada uma comissão onde têm representantes do Minho, do Instituto de Gestão Florestal e da Secretaria de Estado para apresentarem uma proposta de trabalho nos próximos meses, acabando o prazo em Maio, mas que ainda é na vigência deste Governo que se espera uma resposta, se respeitados prazos. -----

--- Em termos de VALICOM e MINHOCOM, referiu que, a fusão que tinha que ser deliberada nas duas empresas já tinha sido feita existindo uma novidade que poderá acelerar o processo.-----

--- Esclareceu que, o que a VALICOM e a MINHOCOM tinham que fazer era a rede em alta em termos de fibra óptica para todo o Distrito, mas que agora será necessário fazer à rede capilar, às casas, aos parques empresariais, etc.-----

--- Referiu que, também a primeira foi financiada por fundos comunitários, por ser uma zona com dificuldades em ser o privado a investir de baixa densidade. Deu conhecimento que foi aberto um concurso para a rede capilar, que não estava prevista, mas uma vez que o sistema em alta não funcionaria se a rede capilar também não fosse financiada, acrescentou que o parceiro, VALICOM e MINHOCOM concorreram com a parceria da SONAECOM tendo vencido. -----

--- Acrescentou ainda, que a maioria dos Municípios do interior do Alto Minho foram considerados de baixa densidade, como Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, e que apenas ficou de fora Viana do Castelo, Caminha e Valença. -----

--- Para terminar, referiu que, este projecto foi aprovado e avançará. -----



Handwritten signature and date: 12/12/2010

--- Em termos de Plano Estratégico, referiu que se fez uma candidatura de trezentos e dezassete mil euros, precisamente com o objectivo de financiar o alinhamento e mobilização estratégica para a continuidade do Alto Minho, tendo o Conselho Executivo decidido a abertura do concurso para a apresentação de propostas para quem reúna as condições do aviso do concurso. Está a avançar favoravelmente e que provavelmente na próxima reunião já se poderá dar conhecimento da equipa que irá assessorar este trabalho.-----

--- Nada mais havendo a tratar sobre este ponto o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

2.2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2010.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo para introdução deste ponto.-----

---Tomando a palavra, o senhor Presidente, começou por referir que, relativamente à questão do desenvolvimento urbano, foi o Banco BPI a Instituição Financeira com quem tiveram uma relação de discussão directa sobre a hipótese do Alto Minho poder ser beneficiado sobre o projecto que venceu, que há todas as condições para virem a ser beneficiados com o programa JESSICA. Aguardam-se as primeiras reuniões com o BPI para análise da participação dos Municípios neste processo, basicamente no aspecto de divulgação e promoção, sendo os indicadores positivos.-----

--- Quanto ao Relatório de Gestão e Contas de 2010, referiu que, foi o ano em que a CIM começou a trabalhar em pleno. Os objectivos foram atingidos e até ultrapassados, referindo que, a 30 de Abril de 2010, a CIM ficou finalmente completa, ocupando o Município de Viana do Castelo o seu lugar.-----

--- Deu conhecimento que o Conselho Executivo realizou vinte e quatro reuniões, e que para além destas ordinárias, realizaram-se muitas outras reuniões, para aprofundar a reflexão em matérias muito sensíveis com o objectivo de preparar decisões de forma unânime. Acrescentou que o Conselho Executivo fez várias reuniões com entidades exteriores representando o conjunto do Alto Minho, com vários Membros do Governo, e com entidades cuja acção tem elevado impacto no Alto Minho, o caso da EDP ou Águas de Portugal. Organizaram-se para realizar um diálogo estruturado em várias reuniões com a Junta da Galiza as Deputações de Pontevedra e Ourense e Alcaldes vizinhos do Alto Minho.-----

--- Prosseguiu, referindo que em 2010 foram definidas cinco prioridades: primeiro estruturar as condições para uma gestão de excelência do Programa Territorial de Desenvolvimento do Minho-Lima, sendo a grande prioridade a de boa execução, citando que foram afectos aos projectos cerca de 33,2 milhões de euros, excedendo-se em 66% a meta definida e que em pagamentos aos beneficiários atingiram-se os 32,8 milhões de euros. Foi um ano de grande execução, em 31 de Dezembro a taxa de execução reconhecida pelo Observatório Nacional do QREN era de 58,9% e que a 28 de Fevereiro era já 80%. Acrescentou ainda, que em termos



H&H
12/11/2011
MCJ

quantitativos foram lançados 20 avisos, com uma dotação total de FEDER de 67.304.101 euros, candidataram-se 71 operações, foram aprovadas e estão a ser financiadas 3 áreas de localização empresarial, 3 acções integradas de Urbanização Territorial, 23 centros escolares, que representam 157 salas de aulas no ensino básico e 84 salas de aulas de jardim-de-infância e serão 5.422 mil alunos beneficiados.-----

--- Na Rede de Abastecimento da Água, referiu que, fizeram-se 155 km de rede, que deu para servir 42000 mil habitantes, 180 km de rede de águas residuais, para servir 41800 habitantes, novos reservatórios, 11 estações elevatórias, 154 km de rede viária municipal, 1 km de rede viária urbana, 4,2 km de ciclo vias, 3 obras de arte e 5 projectos de capacitação escolar. Esclareceu como os 58 milhões de FEDER e 74 milhões de investimento estão a ser gastos na região, áreas essenciais como a educação, infra-estruturas básicas e reabilitação urbana. -----

--- Prosseguiu, referindo a aprovação de 4 candidaturas pelo POCTEP, entre elas a das portas do parque Gerês-Xurês, procurando aproveitar a dimensão pelo facto de estarem dez Municípios juntos e fazerem negociações conjuntas. Exemplificou com um concurso público internacional que se fez para a gestão da carteira de seguros de todos os Municípios do Alto Minho, uma negociação conjunta para telecomunicações móveis, um concurso público internacional para assistência técnica do controlo da qualidade da água para consumo humano para os anos de 2011-2012 em que foi decidido a Empresa VALICOM e MINHOCOM e que se está a desenvolver da criação de uma nova empresa, na distribuição da água e saneamento em baixa. Saliendo o trabalho conjunto para candidatura a fundos mas procuram também melhores e mais serviços abrangentes, com mais qualidade e a diminuição das despesas mantendo o funcionamento dos serviços numa época de cortes orçamentais, de redução de receitas e que obrigatoriamente também, têm que acompanhar a despesa nessa redução.-----

--- Na área do Ordenamento do Território, referiu que, trabalharam conjuntamente com os Municípios nos planos nacionais de emergência e protecção civil com o projecto PROTEC e GEORISK. -----

--- A nível da mobilidade faz-se um estudo da organização de Sistemas e Redes de Mobilidade e Transportes para todo o Alto Minho, a proposta que foi apresentada ao Secretário de Estado dos Transportes, propondo ser a CIM do Alto Minho a decidir sobre os transportes rodoviários, os circuitos públicos e funcionamento, não só dentro dos Municípios mas também na ligação supra municipal e regional, a ligação ao resto do país. Deu conhecimento que chegou à CIM uma proposta sobre este processo, mas que ainda não foi analisada, uma "troika" em que uma Comissão tripartida esteve a tratar não para cortar, mas para conceder, composta essa Comissão por Membros do Conselho Executivo para fazerem uma provável transferência de competências. Procurando que entrasse nesse pacote não só a organização dos transportes rodoviários, dentro do Distrito, mas que garantissem uma boa ligação, por exemplo, ao Porto, utilizando dessa forma o comboio com a linha do Minho electrificada. Nas reuniões da CIM



upl 4/1
at
que

houve sempre a preocupação de estarem sempre bem assessorados, e sobre a electrificação da linha do Minho será um investimento entre os 16 e os 20 milhões, que é precisamente o número que a Secretaria de Estado também acordou. Com isso permitiria um comboio hora a hora, do Porto a Viana do Castelo e vice-versa. Com a organização de todos os transportes rodoviários do Minho a poderem aproveitar a mobilidade de Viana para o Porto, poderiam desta forma, oferecer novos serviços em termos de transportes à região, sem aumentarem custos para a região, sem necessidade de investimento a não ser programarem, definirem, fazerem opções, decidirem politicamente sobre as matérias, e era uma abertura por parte da associação dos transportes para poderem incluir no pacote também a linha do Minho, pois uma coisa é a linha do Minho ser incluída no concurso que está a ser feita no Porto para a ferrovia, outra é fazerem com a CIM um contrato que passam determinadas competências para a questão dos transportes rodoviários. Está a tentar-se, politicamente, introduzir tudo no mesmo pacote, inclusive, estando a região norte a ser prejudicado com as SCUT's, isto também poderá ser apresentado com uma compensação, principalmente se a capital de Distrito passar a ter comboios regulares e circularem bem, para que a população que de desloca, diariamente, passe a ter uma alternativa razoável, não substituindo isto as SCUT's, referiu que, tudo o que possam agarrar como compensação com este ou outro Governo, deverão fazê-lo, pois o importante é fazer o melhor pela população.-----

--- Relativamente à racionalização dos Sistemas de Distribuição em Baixa de Água e Saneamento, referiu que, este assunto já foi discutido, e não se iria repetir, pois iriam ter uma discussão aberta para se poderem levantar todas as questões.-----

--- Sobre a questão das florestas, o assunto também foi abordado.-----

--- Na área do Desenvolvimento Económico foi elaborado um documento de Orientações Estratégicas para o Empreendedorismo no Alto Minho, também se realizou uma iniciativa piloto, designada por START ME UP, com muitos candidatos a empreendedores, em que foi feita uma selecção de 15 potenciais novos empreendedores, que tiveram sessões de formações intensa e foram objecto desta alteração que se tenta fazer no empreendedorismo e na inovação, sendo muito positivo para esta região. -----

--- Relativamente à Educação e Formação Profissional, referiu que se celebraram acordos com o INA (Instituto Nacional da Administração, I.P.) para a implementação do Programa de Formação em Gestão Pública Central, para evitar a deslocação dos funcionários públicos da Região a Lisboa para formação nas áreas de cargos de direcção intermédia dos serviços e organismos da Administração Pública Central, que só era ministrada pelo INA em Lisboa. Foi elaborado um acordo em que a CIM cede as instalações, em Ponte de Lima e a entidade formadora envia os técnicos de formação, realizando-se aqui a formação. -----

--- Foi ministrada pela CIM uma formação para habilitar os profissionais autárquicos, nos procedimentos concursais na área de Entrevistas e Avaliação Psicológica, de acordo com a



Hel 42
1 2 6 2
92800

entrada em vigor do novo regime de vínculos, carreiras e remunerações, no qual consta um novo modelo de recrutamento e selecção de trabalhadores, com introdução de novos métodos.-----

--- Referiu que, se assistiu ao apetrechamento tecnológico das escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico, através da instalação de 86 quadros interactivos em 36 escolas.-----

--- Em 2010, referiu que se assistiu à elaboração e submissão de um Plano de Formação Profissional da CIM Alto Minho, no âmbito do POPH, que viria a colmatar as maiores necessidades de formação sentidas pelos funcionários dos dez Municípios que integram a CIM, mas que acabou por ser indeferido por falta de dotação financeira do referido Programa para as autarquias locais.-----

--- Referiu ainda que, na área da Cooperação Transfronteiriça existe um Programa transferido para a CIM, que diz respeito ao investimento na água e saneamento base na zona da Bacia Geográfica do Minho e que está a decorrer, com projectos aprovados no âmbito do POCTEP e alguns no INTERREG.-----

--- Na questão da gestão partilhada de Equipamentos Públicos, essencial no Minho, referiu que, têm que se analisar se há condições para alargar a Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, pois é se encontra a fronteira, onde tem gente dos dois lados. -----

--- Citou que, a distância entre as sedes urbanas e as sedes dos Concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca ou com o Concelho Galego mais vizinho, não é a mesma coisa, que estar entre Valença ou Tui, Monção ou Salvaterra, é uma realidade diferente e por isso, é o local de experiência piloto em sintonia com a Cooperação Territorial Galiza/Norte que está também a trabalhar nesta matéria. -----

--- Relativamente ao PROMAR, referiu que se estuda uma estratégia conjunta para a realização do património marítimo e transfronteiriço, em que estão também bastante empenhados. -----

-- Terminando, referiu que se está a trabalhar fortemente para a apresentação dos primeiros avisos de concurso à Bolsa de Mérito, de forma bem estruturada para marcar a diferença em relação às outras regiões. Acrescentou que temos outra oportunidade excepcional, por mérito próprio, de até 31 de Dezembro de se conseguir um melhor e mais significativo investimento para a região. -----

--- O Senhor Presidente do Conselho Executivo solicitou ao Dr. Miguel Matos uma pequena abordagem à área financeira da CIM. -----

Miguel Matos – Após cumprimentar todos os presentes, começou por referir que, a CIM se constituiu em 2008, teve o ano de 2009 para começar a sua actividade e que no ano de 2010 já se pode falar de alguma consolidação que certamente poderá vir a resultar no ano de 2011.-----

No ano de 2010 deu-se a passagem integral de todos os efectivos das Associações de Municípios anteriores e dos GAT'S, e que dessa forma, se constituiu a estrutura de pessoal da CIM Alto Minho, única e exclusivamente resultado das quatro entidades em simultâneo, também de alguma racionalização que foi feita em termos de pessoal de forma a adequa-la à actividade



del 4/2
7/1/11
9/1/11

da CIM. -----

Ao nível dos projectos, referiu que, foi encetado a 01 de Janeiro de 2010 a transferência dos projectos das antigas Associações de Municípios, e com as candidaturas próprias da actividade da CIM tiveram um crescimento quer em receita, quer em despesa na execução orçamental de cerca de 50%, uma execução com compromisso cerca de 70%, valores ainda aquém daquilo que era previsto nos documentos previsionais. -----

Expôs a actividade da CIM durante o ano, referindo ainda que, as entidades gestoras não têm sido as mais céleres nas formalidades administrativas, nos pedidos de reembolso, nas transferências que foram efectuadas e por isso também foi um ano de algum constrangimento em termos de tesouraria que impediu melhores resultados de execução financeira. -----

Referiu que, a título informativo, outros credores passaram o ano de 2010 com um crescimento de actividade de dívidas das entidades gestoras de 4000,00 euros para 4.283.00 euros, o que para uma entidade como a CIM são valores relativamente significativos. Apresentando um saldo de execução positivo e resultados económicos positivos em 22.432,00 euros.-----

Acrescentou, ainda que, em termos de resultados operacionais, estes surgem como resultados negativos em 76.505,29 euros, sendo de notar, contudo que, apesar dos constrangimentos ao nível da receita que se verificaram em 2010, os resultados operacionais sem amortizações são positivos em 35.823,49 euros. Estudo de dados financeiros, sobretudo pela utilização da conta caucionada e resultados extraordinários dos financiamentos por proveitos diferidos.-----

Acrescentou, ainda que, apesar do crescimento da actividade e dos constrangimentos, fez-se mais uma vez, o equilíbrio financeiro da instituição, que como principais receitas estiveram as receitas do Orçamento de Estado previstas na Lei nº. 45/2008 de 27 de Agosto que constitui as CIM'S, também as transferências dos Municípios, quer por quotas, quer de financiamentos complementares aos projectos implementados pela CIM, quer de despesas realizadas directamente por esta. -----

Referiu que, no âmbito do co-financiamento de projectos do QREN assistiu-se a uma subida, embora algo condicionada por alguns atrasos, mas em 2011 já se pode dizer que começam a entrar em ano cruzeiro, e outros empréstimos a curto prazo, assim como, pelos serviços prestados pelo Canil Intermunicipal.-----

Em termos de despesas com o pessoal, referiu que, assiste-se a um crescimento liquido do seu montante, sobretudo pela integração das estruturas técnicas das Associações de Municípios, verificando-se em simultâneo uma redução da sua proporção no valor do orçamento que passa de 62% para 47%. Referiu que, a diminuição do rácio da estrutura de pessoal terá tendência a baixar em 2011, por um lado pelo aumento da actividade e pela saída de 6 funcionários dos ex Gat's.-----

Mencionou também, que é de referir que as despesas com o pessoal e aquisições de serviços serão por norma as despesas de maior volume. Relativamente a despesas de pessoal, porque



del Ho
[Handwritten signature]

são projectos de assistência técnica que necessitam apenas de recursos humanos, como é o caso do PTD, do PROMAR, do MINHO IN, que são projectos de gestão de outros recursos que tem os seus resultados vistos noutra prisma.-----

Relativamente, à aquisição de bens e serviços, referiu que, a actividade da CIM é uma actividade iminentemente imaterial: como os estudos da água, os planos de transporte, o concurso para o plano estratégico, as assessorias especializadas para a montagem dos diversos projectos, etc. -----

Em relação à aquisição de bens de capital, referiu que, são basicamente do apetrechamento do Canil Intermunicipal que foi alargado aos dez Municípios, e às aquisições de quadros interactivos que estão a ser feitas pela CIM Alto Minho.-----

Para terminar, referiu que, a proposta da aplicação dos resultados é de 95% para fundos próprios e os 5% em reservas.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para discussão deste ponto, tendo-se inscrito o Membro Fernando Lima.-----

Fernando Lima - Referiu que, analisaram com todo o cuidado todos os documentos distribuídos e que estes números são o resultado da gestão e das opções levadas à prática pelo Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho. Para o Grupo do PS, estes documentos da prestação de contas não apresentam no entender do Grupo, quaisquer fundamentos para que haja qualquer contestação, quer porque, partiram as contas do princípio da sua correcção, da sua boa fé, quer porque não discutiram a competência de quem as preparou. As opções têm sido seguidas e frisadas pelo Presidente do Conselho Directivo, justificativas dos números apresentados e parecem ser consentâneas com as posições que têm sido assumidas e seguidas pelo senhor Presidente Rui Solheiro. Referiu também, que não poderiam deixar de registar que todas as decisões tenham sido tomadas por unanimidade entre os representantes da CIM Alto Minho e que este é um sinal da equitatividade e da justiça nas decisões, e que o grupo do PS entendeu que efectivamente esta forma de solidariedade institucional e o empenho de todos os Senhores Presidentes de Câmara deverão nortear o futuro deste órgão, nomeadamente nos tempos difíceis que se vive diariamente e que esta é a grande razão de existência deste órgão, que é o de servir a região do Alto Minho.-----

Prosseguiu, referindo que, gostaria de obter da parte do Senhor Presidente do Conselho Executivo alguns esclarecimentos acerca das recentes informações trazidas a público sobre a bolsa de mérito. Para o Grupo do PS é de importância inquestionável e será certamente mais uma oportunidade, para o desenvolvimento de projectos decisivos para o futuro da região e da qualidade de vida dos seus habitantes. O Senhor membro questionou o Senhor Presidente do Conselho Executivo concretamente sobre qual a forma como esta questão vai ser gerida e qual a abrangência que esta bolsa de mérito pretende ter, nomeadamente nos vários Concelhos que a compõe, referindo ainda, que esta resposta já foi parcialmente dada, acerca do



Hel H?
ate
Alcoba

enquadramento de obras que se encontravam a aguardar financiamento, como por exemplo, o Coliseu de Viana do Castelo, que também pelas informações prestadas pelo senhor Presidente da Câmara, na recente Assembleia Municipal, verá degolado um problema grave para a cidade e para o Concelho. Referiu que, o grupo do PS não tem dúvidas da necessidade da conclusão do projecto, apenas vem confirmar as duvidas que o PSD levantou e fê-lo publicamente acerca da real capacidade da Câmara Municipal de Viana do Castelo em assegurar a conclusão deste projecto, algo que foi também reiterado e negado pelo Executivo.-----

Para terminar, referiu que não tendo nada mais a acrescentar, e não assumindo uma posição de crítica o PS viabilizará este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

--- Tomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

--- O Senhor Presidente, tomando a palavra, referiu que a gestão da bolsa de mérito já está entendida no Conselho Executivo, de como se mantêm os equilíbrios de acordo com as necessidades de cada Município, expressando que, poderá haver um ou outro Município que entenda que é importante, como primeira prioridade, fazer um forte investimento no saneamento básico, como poderá haver também outros que já tenham essa fase resolvida, que tenham um equipamento cultural na área da educação ou de outra zona que considerem mais importante, ou seja, cada Município define as suas prioridades, depois a CIM define entre todos, a melhor forma de resolverem em conjunto as candidaturas, pois quando surgem candidaturas, todas as que aparecem têm o apoio dos dez Municípios, citando que todos os Municípios terão acesso à bolsa de mérito.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à votação do Relatório de Gestão e Contas referente ao ano de 2010, que foi aprovado por unanimidade.-----

--- Sendo a presente deliberação submetida ao plenário para efeitos de aprovação em minuta o Senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade dos presentes. Aprovada com 45 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenção. (Doc. 6/2011) -----

--- Nada mais havendo a tratar sobre este assunto o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem do Dia.-----

2.3 – Proposta de adesão da CIM ao IDCEM (Instituto para o Desenvolvimento do Conhecimento e Economia do Mar) -----

--- O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo para introdução deste ponto.-----

--- O Senhor Presidente, tomando a palavra, referiu que quase não se justificava fazer qualquer intervenção, uma vez que os estatutos e as condições foram distribuídos por todos.-----

--- Referiu que, a CIM com um Distrito que tem uma zona costeira importante, como Viana do Castelo e Caminha tem todo o interesse em participar neste tipo de instituições que se dedicam



a explorar as questões do mar.-----

--- Terminada a análise em discussão, o Senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para a discussão deste ponto. Inscreveram-se os membros Maria Margarida Rodrigues, Vasco Eiriz e Martinho Cerqueira.-----

Maria Margarida Rodrigues – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que, atendendo ao disposto no artigo 3.º do artigo deste Instituto importa destacar alguns pontos: primeiro a localização geográfica de Portugal que deve ser encarada como uma mais-valia estratégica, que da sua relação com o Oceano Atlântico resultou, respeitando naturalmente os equilíbrios ambientais e os ecossistemas, a criação de valor para a economia nacional; segundo, acrescentou que, ao longo da sua história Portugal soube manter uma relação equilibrada com o mar e dele tirar proveito, colocando-se os desafios actuais ao nível do desenvolvimento da investigação, capazes de criar condições necessárias para o aparecimento de novas actividades económicas, em particular no domínio das energias renováveis que permitam diminuir a dependência energética. Acrescentou ainda, que por outro lado importa estabelecer uma estratégia nacional para os sectores tradicionais, como as pescas e a construção naval. -----

Mencionou que, se, este Instituto for capaz de contribuir para tudo isto, não será mais um instituto público a abater como actualmente está na moda no discurso político/partidário. Acrescentou que, por acreditarem que vale a pena a aposta, o Grupo do PS vai votar favoravelmente. -----

Vasco Eiriz – Referiu que, o Grupo do PSD não é contra todos os Institutos nem da sua extinção, embora alguns o mereçam, referiu também que, relativamente a este Instituto e a todo o tipo de participações da CIM Alto Minho, entendem que esta participação é relevante, que faz sentido a CIM participar nestas redes de investigação e desenvolvimento e mesmo noutro tipo de investigações. Fazendo questão de sensibilizar toda a Comunidade em particular o Executivo para a importância e necessidade que estas participações devem gerar resultados. Salientam que estas participações são relevantes, desejando que passassem a fase da cortesia institucional e alcançassem resultados. Acrescentou ainda a importância de um acompanhamento e reflexão ao fim de um ou dois anos para análise de resultados.-----

Martinho Cerqueira – Referiu que, numa época em que muitos falam sobre as potencialidades do mar e do desenvolvimento de políticas relacionadas com o seu melhor aproveitamento, é importante salientar que aqueles que hoje vêm e ouvem falar desta problemática, foram aqueles que contribuíram para a destruição da frota pesqueira de longo curso e da marinha marcante, aceitando as imposições da União Europeia sem qualquer contestação. São os mesmos que destruíram ou pretendem destruir os Estaleiros de Construção Naval do país e se preparam para dar uma machadada naquele que é o último estaleiro nacional de construção naval, com capacidade de projecto, empresa estruturante de toda uma região e do país, nomeadamente os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. (Doc.7/2011) Considera que é de fundamental



Handwritten signature and initials: "Hel 45" and "91800"

importância a proposta de adesão da CIM ao IDCEM, sublinhando que deve ser posta em cima da mesa a defesa intransigente desta empresa, ou seja, os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, bem como o aumento e a renovação das diferentes rotas de pesca e um melhor aproveitamento integrado das suas potencialidades e recursos da região para a criação de emprego, o combate à dependência externa e à desertificação. Para terminar, referiu que, perante estes considerandos vota favoravelmente a esta proposta.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Sendo a presente deliberação submetida ao plenário para efeitos de aprovação em minuta o Senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por unanimidade dos presentes. Aprovada com 45 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções. (Doc.8/2011) -----

2.4 – Proposta de adesão da CIM à Comunidade Portuária de Viana do Castelo -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo para introdução deste ponto.-----

--- O Senhor Presidente, referiu que, a CIM está interessada em participar em tudo que diga respeito à política do mar, com reflexos que possa vir a ter no Alto Minho, citou que, alguns benefícios já estão a ser conseguidos, um retorno com a participação nestas entidades, a discutir um conjunto de políticas, como por exemplo, para o Centro de Mar existe um financiamento de 14.000.000 euros já assegurados para três marinas oceânicas.-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão deste ponto. Inscreveram-se os Membros Ana Lobo, Abel Baptista e Vítor Lima.-----

Ana Lobo – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que todos estão de acordo que o Porto de Mar sempre foi uma infra-estrutura de grande relevo na história da região, com efeito, após se ter tornado um ponto de referência na idade média, o Porto de Mar de Viana do Castelo foi, na época dos descobrimentos marítimos portugueses, o terceiro porto com maior afluência no país, tendo sido considerado ao longo dos séculos como essencial ao desenvolvimento da região, pois quanto maior era o dinamismo do Porto de Mar, maior era o crescimento e o desenvolvimento da região. Acrescentou que o Porto de Mar é ainda um factor de acolhimento empresarial, sendo importante salientar que no ano de 2010 a actividade portuária cresceu 30% sobretudo no sector exportador, registando movimento de 199 navios. (Doc.9/2011) Citou que é importante nesta época de crise apostar no desenvolvimento do Porto de Mar, adoptando para o efeito um modelo de gestão portuária de proximidade, em que a Comunidade prevê, promovendo a melhoria das infra-estruturas portuárias e respectivos acessos, bem como das condições operacionais e de promoção.-----

Para terminar, referiu que, por todas as razões citadas o grupo parlamentar do PS irá votar favoravelmente à proposta de adesão da CIM à Comunidade Portuária de Viana do Castelo.-----



Handwritten signature and initials: "H2" and "gicba"

Abel Baptista – Após cumprimentar todos os presentes, felicitou esta iniciativa, pois considera que o Porto de Mar de Viana do Castelo merece mais atenção, quer pelos Governos, quer pelas instituições locais no que diz respeito ao desenvolvimento das questões do mar. -----

Acrescentou que têm grandes iniciativas a nível europeu, nomeadamente a questão das auto-estradas marítimas que estão a ser implementadas e desenvolvidas, não só em questões de transporte, mas sobretudo em questões ambientais e que não se pode deixar ficar para trás.-----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia e ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, referiu a necessidade de ser mais abrangente, do que, propriamente ficarem a olhar para a ilha que é o Porto de Mar em si, como um local de acostagem e um local de acesso ao mar, porque o que está a acontecer hoje em dia em Viana do Castelo, acrescentou, que é demasiado tempo à espera do acesso rodoviário para o Porto de Mar de Viana do Castelo, e sem estes dois acessos ao Porto de Mar, ele seguramente não serve para nada, não serve pelos problemas que tem de assoreamento nas entradas no Porto, e continuará a não servir porque o único acesso ao Porto de Mar é um acesso à zona habitacional no Cabedelo. O que não permitirá o seu desenvolvimento. Mencionou que, a CIM tem informações que o Porto de Mar poderia servir uma parte da zona noroeste peninsular, nomeadamente a parte mais inferior da Galiza, a zona de Ourense, mas para isso é necessário que haja um rápido acesso, quer rodoviário, quer ferroviário, para que quem está a trabalhar possa lá chegar. Factos que não estão a acontecer.-----

Para terminar, referiu que, votarão favoravelmente esta iniciativa, embora na sua opinião a comunidade local, neste caso representada pela CIM, deverá ser muito exigente para o assunto, Porto de Mar de Viana do Castelo. -----

Victor Lima – Após cumprimentar todo o plenário, referiu que, sendo o Porto de Mar uma infra-estrutura de grande importância para todo o território de intervenção da CIM e estratégico para o desenvolvimento do Município de Viana do Castelo, o grupo do PSD entende que a adesão da CIM à Comunidade Portuária de Viana do Castelo será uma mais-valia para a dinamização desta infra-estrutura que ao longo dos anos tem tido uma actividade pouco condizente com as actividades da região. Relativamente à intervenção do Membro Ana Lobo, em que menciona que o Porto de Mar teve em 2010 um movimento de 199 navios, confirmou que é verdade, só em 1997 teve cerca de 226, em 2001 teve cerca de 319, ou seja, a actividade do Porto de Mar tem sido decrescente, daí o Grupo do PSD achar que o Porto de Mar de Viana do Castelo, deverá ser um elemento principal para a congregação de todas as actividades ligadas ao sector marítimo, portuário, pesca, recreio náutico, construção e reparação naval, criando desta forma uma plataforma logística que deverá influenciar o desenvolvimento de todo o Alto Minho, bem como toda a Região Norte.-----

Acrescentou que, o PSD tem duas preocupações relativamente ao bom funcionamento da referida infra-estrutura, que já foram referidas pelo Membro Abel Baptista e que são: os acessos



Handwritten signatures and initials

ao Porto de Mar, que tem sido uma preocupação constante das pessoas e instituições da área em que o Porto está inserido, e como tal, o Grupo do PSD gostaria de alertar e sensibilizar o Conselho Executivo da CIM para esta situação, aquando da abordagem do assunto em sede da Comunidade; o segundo ponto, entende o PSD que a Junta de Freguesia de Darque deveria ser uma das partes da Comunidade Portuária de Viana do Castelo, atendendo que é nesta Freguesia que está instalado o Porto de Mar. Acrescentou que, seria um associado importante que acrescentaria uma mais-valia em todo o processo que no futuro a comunidade e a CIM se envolvessem em levar "a bom porto" o Porto de Viana do Castelo, porque se a CIM for só, mais, um associado desta Comunidade o melhor será fechar o Porto. (Doc. 10/2011) -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Presidente do Conselho Executivo.-----

--- O Senhor Presidente, tomando a palavra, referiu que há um consenso generalizado da importância do Porto de Mar para a região, e que agora é importante investir muito e em muitas áreas. Acrescentou que, o facto de poderem participar nestes fóruns vai permitir ter uma noção mais exacta do que está em causa para por o Porto de Mar ao serviço da Região.-----

--- Terminada a análise em discussão, o Senhor Presidente da Assembleia passou de imediato à sua votação, que foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

--- Sendo a deliberação deste ponto submetida ao plenário para efeitos de aprovação em minuta, o Senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura e foi aprovada por unanimidade. Aprovada com 45 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções. (Doc.11/2011) -----

2.5 – Apresentação, discussão e votação do Novo Regimento da Assembleia Intermunicipal da CIM Alto Minho -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que este regimento foi constituído por um grupo de trabalho com os Senhores José Carlos Resende, José Carlos Freitas, Francisco Reis Lima e Martinho Cerqueira. O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, foi com muita satisfação que trabalhou com todos. -----

--- Prosseguiu, referindo que, deste trabalho resultou o projecto de regimento enviado para todos, revisto pelo jurista da CIM, Dr. Alberto Teixeira, que fez apenas uma modificação, citou que, o grupo de trabalho tinha decidido que os Membros da Assembleia seriam designados por Deputados Intermunicipais e o Senhor Jurista modificou a palavra para Membros Intermunicipais. Mencionou ainda que, deixou que a correcção fosse enviada desta forma no ante-projecto, para que verificassem que foi apenas esta a modificação que se tinha produzido. -

--- Acrescentou, também que, no início da reunião receberam por parte do Membro José António Nogueira uma proposta de rectificação deste regimento, para o qual solicitou, ao Membro, a sua leitura. -----

José António Nogueira – Após cumprimentar todos os presentes passou à leitura da proposta anexa a esta acta. (Doc.12/2011). -----



Hilário
17 de Maio
2010
91030ar

Para terminar, referiu que, o fundamental não é a questão da redacção, uma vez que havia já outros artigos que afluíam esta situação, referiu que, quando elegeram o Presidente da Assembleia Intermunicipal, foi necessário que constasse que foi por votação secreta, acrescentou ainda, que a sua preocupação relativamente à redacção foi mencionar que não pode haver grandes simplificações de actas, porque a acta é um instrumento essencial, que ganha vantagem na eficácia das decisões aprovadas. Mencionou que a questão que se coloca é que a simplificação da acta, não pode transformar-se em minuta, daí quer quanto à sua forma, quer quanto ao resultado das respectivas votações ela tenha sempre que incluir o que de relevo for dito nas reuniões, para depois poder haver a chamada interpretação autêntica do que as pessoas disseram e qual foi o sentido do porquê da votação.-----

--- Tomando a palavra o Senhor Presidente da Assembleia deu por abertas as inscrições para discussão da proposta apresentada, assim como para o regimento na sua totalidade. Inscreveram-se os Membros Pedro Sousa Lobo, Francisco Reis Lima, Abel Baptista, Fernando Lima e José Carlos Resende.-----

Pedro Sousa Lobo - Após cumprimentar todos os presentes, referiu que gostaria de apresentar um pedido de desculpa, pois só efectuou a leitura dos documentos da Assembleia no próprio dia, deparando-se com um novo âmbito de uma nova conferência de representantes de líderes. Acrescentou que não foi do seu agrado a nova figura, que de alguma forma, tem a possibilidade de rejeitar propostas que são dirigidas à Mesa por Membros da Assembleia. Referiu que entende que esta alteração viola o art.º 87 do quadro de competências e regime jurídico dos órgãos dos Municípios, porque a Ordem do Dia deve incluir os assuntos que para esse fim forem pré-indicados por qualquer Membro do Órgão. Referiu que não é necessário ter um órgão prévio que faça um pré-juízo sobre se os assuntos que podem ou não ir à Assembleia, por esta razão considera que este regimento está inquinado com uma ilegalidade, pois não vislumbra qual foi a intenção de efectivamente tentarem arranjar um filtro às respostas efectuadas por Membros da Assembleia.-----

Francisco Reis Lima – Após cumprimentar o plenário, referiu que apesar de agradecer a não presença dos Membros do Conselho Executivo que simplificam a sessão de cumprimentos, inversamente lamenta a sua ausência, pois ainda estaria previsto um terceiro ponto da Ordem de Trabalhos relativo à intervenção do Público e presumiram que não haveria qualquer intervenção do público em que fosse necessária a presença do Presidente do Conselho Executivo da CIM pois se ela existisse, haveria uma falha e um desrespeito dessa Entidade por esse Público.-----

Em primeiro lugar, fez questão de partilhar o privilégio que teve em pertencer a uma Comissão com representantes de todos os partidos, nos quais tem uma grata recordação e a certeza que todos fizeram um excelente trabalho e nela participaram com o máximo vigor e empenho, inclusivamente o Senhor Presidente da Mesa, Rui Taxa que dirigiu os trabalhos com elevado



Handwritten signature and initials.

rigor e espírito democrático. Acrescentou que elaboraram um novo regimento que tem 2/3 grandes linhas orientadoras; em primeiro lugar fazer a adaptação, que era indispensável, a admissão dos representantes de Viana do Castelo, ou seja, a elevação do número de 41 membros para 48 membros, com as necessárias adaptações, e por outro lado proceder à sua condensação e simplificação, porque constataram algumas irregularidades e repetições. Referiu também, que tentaram criar algumas regras de bom viver entre todos, talvez pelas experiências das Assembleias passadas, mas que se constatou vários atritos entre os Membros. Acrescentou ainda, que foi para isso que se adoptou a estratégia de reforço dos poderes da Comissão de Representantes que passaria a ter, se for aprovado, uma tarefa prévia de fazer não só a selecção dos assuntos, como também definir com prévio acordo entre todos os Grupos Parlamentares, qual o provável sentido das decisões, os tempos de intervenção, ou seja, para a tomada de decisões com prontidão e eficácia.-----

Chamou à atenção, que estabeleceram também, que se os senhores Membros durante a Assembleia tiverem que se ausentar, deverão avisar formalmente a Mesa, para evitar distorções de informação, que no momento de votação, poderão surgir, pela dificuldade do controlo entre o número de presentes e os número de votos efectivamente contabilizados em cada ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Para terminar, fez um reparo ao que foi dito anteriormente, primeiro relativamente ao Membro Pedro Sousa Lobo, referindo que compreende a sua posição, porque existe uma possibilidade de por consenso entre todos os Grupos Parlamentares ser um ponto sugerido para discutir em Assembleia e não aceite nessa Comissão, o que logo à partida, há uma primeira triagem com todos os Grupos Parlamentares sem prejuízo da liberdade, de louvar, de cada membro individual, já haverá um relativo controlo de que não serão afastados anti-democraticamente quaisquer assuntos relevante, por outro lado cria-se também um sistema que mesmo a Comissão de Representantes não possa ou não queira aceitar por uma maioria de 2/3, esse ponto virá a ser proposto por esse Membro individualmente e submetido à Assembleia, se for aprovado deverá ser discutido, tal como era anteriormente. Acrescentou que há uma recuperação desse espírito democrático que não colocará em causa este regimento. -----

Relativamente à intervenção do Membro José António Nogueira, em que sugeriu uma pequena alteração ao fecho da acta, considera que poderá haver uma pequena discrepância, pois na referência que o Membro fez quando referiu que "as deliberações tomadas e a forma das respectivas votações" constam na sua versão, mencionou que da sua parte e do demais grupo de trabalho não existe qualquer oposição à inclusão e à rectificação desse artigo.-----

Abel Baptista – Referiu que primeiramente gostaria de felicitar o grupo de trabalho que elaborou este projecto de Regimento submetido, que na sua opinião está muito bem e que tem algumas das ideias com as quais concorda, nomeadamente à questão que foi levantada pelo Membro Pedro Sousa Lobo. Referiu que, o que está no regimento nada impede que ele próprio, como



Handwritten signature and initials: "JCR" and "JCJOA" with an arrow pointing to the right.

Membro da Assembleia apresente as propostas que quiser, desde que estas sejam da competência da respectiva Assembleia, a Mesa terá de as aceitar, podendo no entanto não aceitar se forem manifestamente ilegais ou não forem da competência da Assembleia. Acrescentou que o que é fixado salvo melhor opinião, na Conferência de Representantes é como, que a Ordem de Trabalhos pré-estabelecida, pois não parece que a Conferência de Representantes possa impedir que uma proposta apresentada não possa ser discutida na Assembleia. -----

Em relação à questão colocada pelo Membro José António Nogueira, referiu que, no que às actas diz respeito, também é da opinião que o texto está de acordo com a Lei habilitante, que para elaborarem o regimento é a Lei das Autarquias Locais, ou seja, a Lei base das Autarquias Locais não diz mais do que está mencionado no regimento, a diferença é o Código do Procedimento Administrativo, em que este não é a lei habilitante para o caso. Referiu que, o problema está em que uma acta, como tinha referido anteriormente o Membro, não é um diário de sessão, não tem que mencionar tudo o que é falado nas Assembleias, ou seja, a acta tem que registar o que diz a lei, que é saber no final da discussão qual foi a decisão tomada e eventualmente nem terá que constar, embora no regimento esteja que o devam fazer, qual é o sentido de voto de cada um dos seus Membros, pois para isso é que existe a figura da declaração de voto, para se salvaguardar alguma situação em que queira ver salvaguardada a sua posição. Referiu ainda que, aquilo que se venha a acrescentar lhe parece que só iria dificultar a elaboração das actas.-----

Para terminar, referiu que em sua opinião dava preferência à redacção apresentada, pois parece ser uma excelente redacção e a que é necessária para o efeito. -----

José Carlos Resende – Referiu que relativamente à questão da acta falta uma palavra que poderá ter alguma importância, a forma das votações. Citou que faz todo o sentido que se acrescente expressão “a forma”, na sua opinião, a redacção que opõe respeito integralmente o sentido que estiveram no seu Grupo de Trabalho, que acrescente a forma e o resultado das votações e mantendo a discriminação que acharam importante fazer do sentido de voto de cada um dos agrupamentos políticos e daqueles que eventualmente não votam com o seu agrupamento político, acrescentou que, no fundo o que resultou da discussão do Grupo de trabalho foi essencialmente isto: é importante que quem ler as actas passado algum tempo saiba qual foi o sentido de voto de cada um dos agrupamentos políticos, ou daqueles que por qualquer razão não concordaram com o seu agrupamento político. Mencionou que, é igualmente importante que fique bem clarificado na acta as manifestações, eventualmente deputados independentes.-----

Para terminar, referiu que relativamente à acta, se estivessem de acordo, sugeria que a Comissão aceitasse esta proposta de aditamento, e se eventualmente houvesse alguém que não aceitasse seria votado em alternativa.-----



Handwritten signature and initials: "Hel 43" and "9/05" with a large arrow pointing to the right.

Em relação ao que foi levantado, quanto à questão de se apresentarem ou não pontos para a Ordem de Trabalhos, referiu que a preocupação que se teve foi dizer que têm um prazo de convocação das reuniões que não é igual ao que está previsto no Código do Procedimento Administrativo, é um prazo mais largo, e que como é evidente, quando um Membro da Assembleia Municipal pretende apresentar um ponto para a Ordem de Trabalhos, poderá fazê-lo de duas formas: através do seu agrupamento político ou individualmente, se o apresentar antes de convocada a reunião vai dar tempo, à Conferência de Representantes e à Mesa, de incluir esse ponto na Ordem de Trabalhos, ou seja, aquilo que se quer em termos práticos é saber se alguém apresenta um ponto a mais para a Ordem de Trabalhos, no momento antes de a Mesa organizar com a Conferência de Representantes a Ordem de Trabalhos, este vai ser considerado pela Conferência de Representantes salvo se maioritariamente aquela Conferência de Representantes não concordar com ponto a incluir.-----

Para terminar, referiu que terão de votar o Regimento na generalidade e uma proposta concreta de alteração que a Comissão por si subscreve e se não houver mais nenhuma proposta o Regimento deverá ser posto à votação. -----

Fernando Lima – Referiu que este documento é extremamente importante que seja aprovado por unanimidade, embora chegassem à conclusão que existam uns aditamentos que estão a ser colocados e alguns pertinentes que vão enriquecer muito este novo documento, congratulando-se com o trabalho que a Comissão teve. -----

O Senhor Membro, colocou à Mesa uma proposta, para que o processo de votação não fosse nesta Assembleia, para que este passasse para a reunião a realizar em Setembro, para que pudesse, com calma ser organizado com propostas e sugestões que estão a ser colocadas.-----

Pedro Sousa Lobo – Referiu que a Lei e o Regimento actual prevêem que só podem ser admitidos pontos que sejam da competência da Assembleia, seguidamente, referiu que, o que está em causa é uma limitação do exercício da função de Membro de uma Assembleia.-----

José Carlos Resende - Agradeceu à Comissão ter acolhido a sua proposta e que efectivamente aquilo que disse é o que resulta quer da Lei das Autarquias Locais, quer do Código do Procedimento Administrativo. Quanto à Lei habilitante ser a lei das Autarquias Locais, referiu que tem muitas dúvidas, porque não refere este tipo de Agrupamentos Intermunicipais, acrescentou que, de qualquer maneira uma acta mesmo em direito civil deveria focar este aspecto. -----

Congratulou a Comissão relativamente ao seu bom trabalho. -----

--- O Senhor Presidente a pedido dos membros da Assembleia suspendeu a sessão por um período de 5 minutos, para uma reunião de Grupo.-----

--- O Senhor Presidente passou de imediato à votação, tendo sido aprovada com 40 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções.-----

--- Sendo a presente deliberação submetida ao plenário para efeitos de aprovação em minuta o senhor Presidente colocou à consideração a dispensa da sua leitura que foi aprovada por



unanimidade dos presentes. Aprovada com 41 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.
(Doc.13/2011) -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia passou à votação da proposta (ver Doc. 12/2011) apresentada pelo membro José António Nogueira, que foi aprovada com 39 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.-----

3 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

--- O Senhor Presidente passou ao terceiro ponto da Ordem do Dia. Todavia, não se registaram quaisquer inscrições, depois de inquiridos os presentes.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a todos e encerrou os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada no próximo Plenário, há-de ser assinada pelos Membros da Mesa, e por mim Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

O Presidente da Assembleia

Rui Manuel Taxa da Silva Araújo

A Vice-Presidente da Assembleia

Maria Conceição da Cunha Aragão Soares

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego